

## A questão negra: a Fundação Ford e a Guerra Fria (1950-1970)



Por **WANDERSON CHAVES\***

*Resposta do autor à resenha de Mário Maestri*

A resenha de Mário Maestri sobre meu livro *A questão negra: a Fundação Ford e a Guerra Fria (1950-1970)*, publicada no site **A Terra é Redonda** está organizada em torno de oito grandes premissas, entre as quais apenas uma delas diz respeito estritamente ao meu trabalho, já que ele se dedica particularmente a uma investigação especulativa sobre as responsabilidades (talvez diretas) de Abdias Nascimento para o estabelecimento, no Brasil, do chamado “identitarismo”, que não estavam na minha alçada.

Nesse exercício especulativo em que insere a leitura de *A questão negra*, expresso ora de forma prospectiva, ora de forma acusatória, ele levanta as seguintes teses de interpretação:

- (i) A promoção de Abdias Nascimento como liderança modelar teria mudado a orientação majoritariamente socialista do movimento negro brasileiro, processo que ajudou a demolir a relevância e reputação prévias de Clóvis Moura (aliás, recentemente redescoberto).
- (ii) Abdias Nascimento ajudara a sustentar no debate público a precedência da raça frente à classe e, em decorrência, teria colaborado para a minimização das lutas anticapitalistas.
- (iii) Abdias Nascimento não seria um líder majoritário no meio negro, muito menos um líder de massas. Seu engrandecimento é parte de um processo póstumo e retroativo.
- (iv) O contemporâneo movimento negro brasileiro seria majoritariamente americanófilo. Nesse americanismo, incorporado com poucas mediações através de sua liderança hoje assentada sobretudo nas classes médias, segue, especialmente, orientações de vanguarda liberal, tanto as progressistas quanto as não progressistas.
- (v) O livro *A questão negra* é de singular importância para entender a hegemonia do “identitarismo negro” no Brasil. Esse fenômeno teria se iniciado pela destruição do marxismo radical como fundamento do debate político e intelectual, e prosseguiu, através de um forte movimento de agendamento, arregimentação e financiamentos das últimas décadas, com a desvinculação das questões de raça e classe e com o rebaixamento da relevância do último. Entre as consequências dessa transformação figuraria o surgimento de propostas como a do multiculturalismo, um novo princípio de administração populacional e de controle da diversidade.
- (vi) A miscigenação racial é um índice de detecção da relevância social que o racismo tem na vida das sociedades.
- (vii) Florestan Fernandes, em seus textos especializados na questão racial e negra, representou a aplicação local das orientações de seu tempo e campo intelectual sobre como integrar o negro, aprimorando-se, via processos de modernização sócio-política, o desenvolvimento da ordem capitalista.
- (viii) A escravidão é a coluna vertebral da civilização brasileira, forma a nacionalidade e constitui o princípio sobre o qual se construiu fundamentalmente a lógica de sustentação do nosso mundo trabalho.

À moda de Maquiavel, começarei pelo pior, para prosseguir em direção ao melhor, mas, aos poucos. Começarei pelo ponto (vi), para mim, um anátema. Faço minhas as razoáveis palavras de bom senso de 1964, [ii] do antropólogo estadunidense, também brasilianista, Marvin Harris: “Já é tempo de os homens adultos pararem de falar sobre o preconceito racial em termos de sexualidade. Em geral, quando os seres humanos têm o poder, a oportunidade e a necessidade, se unem com os

# a terra é redonda

membros do sexo oposto sem considerar a cor ou a identidade do avô. Sempre que a procriação livre numa população de seres humanos é restrita, é porque um sistema maior de relações sociais se considera ameaçado por semelhante liberdade".<sup>[ii]</sup>

É tradicional do debate brasileiro, da esquerda à direita, que a decantada qualidade, mais especialmente masculina que feminina, da miscibilidade, seja louvada como um elogio às qualidades caracteristicamente nacionais de contato humano e relacionamento. Na sua tese de doutorado de 2015,<sup>[iii]</sup> o historiador Aruã Silva de Lima documentou como os grupos dirigentes do PCB (nos anos 1920-1930) estiveram entre os mais resistentes do mundo em incorporar as orientações do próprio *Comintern* (a Terceira Internacional), de reconhecer a prioridade de pauta e de organização das minorias raciais e nacionais.

Aliás, mais resistentes que o segregado PC sul-africano, sob o argumento de que a questão não se manifestava problemática no país e valendo-se, na sustentação dessa tese, de medidas internas de silenciamento. Depreende-se disso, não sem uma triste ironia, que Gilberto Freyre, desde então uma espécie de religião civil brasileira, foi e ainda é capaz de unir o espectro político nacional em torno de si.

Por isso, nesse particular, acompanho Pierre-André Taguieff, filósofo e historiador francês para quem há pouco ou nada a recuperar na miscigenação de valor intrinsecamente antirracista. O equívoco comum, para ele, está em considerar as tradições racistas que tem na miscigenação um valor central, quando comparadas àquelas que não as tem, como expressões antirracistas.<sup>[iv]</sup> O Brasil, portanto, não é melhor neste aspecto que os Estados Unidos; da mesma forma, o contrário tampouco é verdade. Daí não conseguir recusar uma delicada impressão pessoal: após quase um século de debate, sentir que soa reacionário um vínculo entre freyrianismo e antirracismo desde a sua origem, nos anos 1930, já enfaticamente conservador<sup>[v]</sup>.

Os vários pontos específicos (i-iii) sobre Abdias Nascimento, um tema dominante da observação de Mário Maestri e extemporâneo em relação ao objeto da resenha, falam, sobretudo, da construção e crescimento de sua pauta e liderança. Aqui, remeto à consolidada bibliografia, de todo um campo de estudos que inclui, à guisa de exemplo, a extensa obra temática de historiadores como Petrônio Domingues, Amílcar Pereira e Paulina Alberto, e do sociólogo Mário Medeiros, documentando a existência de uma diversa composição política do movimento social negro brasileiro no século XX, aglutinando de tendências de esquerda às tendências mais conservadoras, nas quais socialistas e comunistas, embora eventualmente relevantes, não parecem ter chegado à condição plena de hegemônicos.<sup>[vi]</sup> Se esse gênero de literatura, particularmente para o período entre 1930-1970, não considera Abdias a única liderança dominante, tampouco menospreza, nessa avaliação, sua relevância.

Porém, houve uma transformação de foco das organizações e do debate racial processando-se ao longo dos anos 1970 que só chegou a tomar plena forma, no Brasil, entre os anos 1980 e 1990, o que incluiu a emergência de um repensar da raça e da classe, com sensíveis consequências na agenda temática. E, aqui, há um ponto: nem toda essa transformação foi fruto apenas de agendamento ou de um crescimento orgânico nativo, tendo havido várias formas de fusão, interação e afastamento, em resposta às estratégias de arregimentação.

Particularmente em relação à Fundação Ford, e no que diz respeito a Abdias Nascimento e o financiamento de sua organização, o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-brasileiros (Ipeafro), o foco desse apoio era o suporte a todo uma nova programação de direitos humanos, programada para o processo de transição democrática após a declaração de anistia, em 1979, que, em São Paulo, se aglutinaria, nesse bloco que englobava Abdias, em torno da PUC-SP e por intermédio da Comissão Justiça e Paz, com Dom Paulo Evaristo Arns. O que competia a Abdias realizar para o financiador, o que Abdias realizou segundo suas próprias pretensões e se o pretendido por Fundação Ford e Abdias Nascimento foi alcançado, é uma pergunta em aberto, ainda não documentada.

Inclusive as relações materiais e teóricas que deveriam articular ou desarticular raça e classe assumem formas renovadas em relação à orientação que a Fundação Ford praticava entre os anos 1950 e 1970. À medida que os direitos humanos são postos como esfera ética e temática aglutinadora de todas as realizações da organização nesse campo, torna-se mais sofisticado o tratamento dessa disjunção e hierarquia entre as questões de raça e classe em relação à tradição da própria Fundação Ford de considerar que a classe não é e não deve ser politicamente estruturante. Daí eu considerar que, embora houvesse eventual acordo com a Fundação Ford sobre como Abdias Nascimento dava tratamento à questão racial, talvez seu modo, em algum momento dos anos 1980, tenha começado a soar anacrônico para a Fundação, alimentando seu

# a terra é redonda

oscilante interesse posterior – distanciamento que de fato ocorreu, até certo ponto.

Abdias Nascimento era adepto da noção segundo a qual a libertação negra, um evento que necessitaria da formação prévia de uma comunidade unida em torno de princípios de solidariedade política e de interesses morais e culturais de um nacionalismo negro, à semelhança do que se praticava em tendências políticas afrocêntricas nos EUA e em certos exemplos independentistas de estados africanos, geraria as condições de liberação de outras formas de iniquidade, classismo, sexismo, e assim por diante. O racismo seria um fenômeno diretamente associado aos princípios de formação da civilização europeia, e daí a resposta a ela precisar ser, antes de qualquer coisa, anticolonial por definição e, como realização e meta, sobretudo pela “africanização” dos negros e do mundo.

É sabido que, na passagem dos anos 1960 para os anos 1970, nos EUA, a Fundação Ford privilegiou como beneficiárias as organizações negras nas quais, segundo a visão da Fundação, privilegiavam-se perspectivas de mudança prioritariamente na ordem das mentalidades e dos comportamentos, evitando soluções que envolvessem o direto enfrentamento político, inclusive do próprio Estado, escolha de que era modelo, à época, o Partido dos Panteras Negras.

Se esse modelo de escolha da Fundação Ford era apenas estratégico ou era também programático, como ele se desenvolveu através da sua nova política global de defesa dos direitos humanos, estabelecida após a segunda metade dos anos 1970,[\[vii\]](#) e como ela se aplicou a seus objetos de interesse no Brasil, já nos anos 1980, são todas questões em aberto, e, salvo engano,[\[viii\]](#) ainda pouco documentadas.

Falando do ponto (v), aquele que diz respeito diretamente ao meu livro, diria, em minha defesa, que *A questão negra* é fundamental para se entender, mais que a “hegemonia do identitarismo negro” – um evento atualíssimo –, o frigoroso impacto das ciências sociais na construção das âncoras teóricas e de ação para gerar adesão aos valores de organizações como a Fundação Ford, este, um evento de longa duração e de caráter permanente. É do princípio de organizações como a Fundação Ford trabalhar pela geração de forças sociais estabilizadoras, através da reconstituição de nossas formas de representação, tanto na esfera do poder quanto na dos valores.

Tais organizações carregam consigo, no seu sentido de missão originalmente antitotalitário, liberal e centrista, que a politização de temas raciais é potencialmente disruptivo; portanto, merece ser objeto de agudo interesse e intervenção, sobretudo, por meio da proposição e estímulo internacional a projetos de reforma política e social. Nesse intuito, a Fundação Ford definiu desde sempre que as ciências sociais deveriam ser uma força de vanguarda política e intelectual do desenvolvimento de uma civilização capitalista ocidental de bem-estar, realizando um trabalho de criação institucional e de proteção de “valores”.

A Fundação Ford tem conscientemente ajudado a dar forma e, principalmente, limites à imaginação política, contendo e organizando a raiva, o ódio e o ressentimento negros, criando, pode-se dizer, um cenário no qual, ao invés de estarmos empalando brancos, estamos solicitando políticas setoriais de inclusão e cortesias de tratamento, conforme as nossas atuais pobres normas republicanas.

Daí, digo: as esquerdas, certamente, ganhariam entendendo e abrigando essa enorme energia e motivação atualmente orientada ao tão detratado “identitarismo”: organizando-o, politizando-o, ao invés de repeli-lo como apenas burrice, alienação e manipulação. Suponho, como hipótese, com base em minhas (pobres) impressões pessoais, que há um tanto de narcisismo nessa resistência.

Isto posto, é preciso fazer um elogio à coragem de Mário Maestri, quando decide se perguntar, afinal, quais implicações se pode retirar da associação havida entre a agenda racial dos anos 1950 e 1960 da Fundação Ford e o trabalho especializado de Florestan Fernandes neste campo [ponto (vii)]. Aliás, uma disposição que a maioria dos comentaristas de *A questão negra* não demonstra porque é costume deles lerem o livro como se separado em duas partes não correlacionadas. A primeira, mais frequentemente mencionada, seria a formada pelos capítulos que tratam da ligação da grande filantropia estadunidense, em particular a Fundação Ford, com o Departamento de Estado dos EUA e a Agência Central de Inteligência (CIA).

Nos comentários críticos, esse segmento do livro costuma ser mencionado como objeto de escândalo e denúncia. A suposta segunda parte de *A questão negra*, quase sempre ignorada, seria a formada pelos capítulos em que se trata, especificamente, do desenvolvimento do debate racial negro que a agenda formada por essa frente de Guerra Fria ajudou a formular. Mário Maestri tem o mérito de considerar a unidade do livro, e, ao seu modo pessoal, extraiu as consequências

# a terra é redonda

desse horizonte comum na qual se compuseram o trabalho de Florestan Fernandes e o da Fundação Ford, enquanto instituição.

Minha posição atual, sobre como considero essa mesma teia de agendas e de relacionamentos, é a expressa conjuntamente com os colegas historiadores Elizabeth Cancelli e Gustavo Mesquita nos livros *Guerra Fria e Brasil: para a agenda de integração do negro na sociedade de classes* e, na versão ampliada e recentemente lançada deste, *Foundations, US Foreign Policy and Anti-racism in Brazil: Pushing Racial Democracy*.[\[ix\]](#)

Consideramos que Florestan Fernandes deslocou e cindiu um debate brasileiro sobre racismo e a questão negra até então dominado por posições conservadoras, que se reconheciam em avaliações sobre uma excepcionalmente harmoniosa forma nacional de relações sociais e na ausência de racismo. Florestan pleiteou uma maior politização da questão negra, reivindicando as bases intelectuais de sua então reflexão especializada, o paradigma das relações raciais da Escola Sociológica de Chicago, como referência para essa guinada.

Ele apostava na suposição fundamental desse paradigma sobre a existência de um ciclo evolutivo das relações raciais, em que dadas as condições adequadas, haveria, de uma situação inicial de completa exclusão ou segregação ou de assimilação, mas em condições de subordinação e dominação, progressivamente, conflito, competição segundo normas igualitárias e, posteriormente, a acomodação a alguma forma de “integração”.

Racionalização e planejamento da vida social e econômica criariam o ambiente civilizatório em que conflitos seriam amortecidos, acomodados no estabelecimento de formas razoáveis de competição e acesso a recursos, e, finalmente, integração dos grupos no interior de um ambiente social plural reconstituído segundo normas de diversidade, igualado pelas fronteiras de uma abrangente e expandida classe média. Digno de nota que esse ideal de progresso social passara a ser considerado, aliás, como requisito para o adequado respeito e consolidação dos direitos humanos.

O compromisso com esse programa de progresso social exigiria dos negros um amplo reposicionamento. Segundo proposta de Florestan Fernandes, deveria ser estabelecido no país um ainda inédito movimento negro de massas. Liderado e orientado pelos valores de uma classe média negra, identificada com ideais contemporâneos de modernização, esse movimento deveria reposicionar a população negra como uma minoria organizada, orientada a demandar da sociedade brasileira a remissão de sua condição marginal, especialmente no mercado de trabalho.

Para o sociólogo, a reivindicação de que houvesse igualdade de oportunidades de competição, como motivação central para a ação política negra, e, no sentido deste objetivo, a necessidade de políticas reparatórias, justificava-se em razão do impacto dessas mudanças não apenas na vida dos negros, mas também e sobretudo pela promessa de transformação da sociedade brasileira como um todo.

A meta central dessa programação, a “proletarização” das massas negras, teria um impacto radical, segundo Florestan: ao mesmo tempo em que eliminaria a condição de casta do mais numeroso segmento da população, transformando-a formalmente em classe, impulsionaria, com essa mudança de condição, a própria forma como o desenvolvimento capitalista se realizava – fosse como modo de realização da vida econômica, fosse como um pacto civil sobre a forma que deveria assumir a civilização brasileira. Esperava-se que esse conjunto de ações finalmente ingressasse o Brasil tanto em uma condição de equilíbrio competitivo nas suas relações raciais quanto nos benefícios de uma evoluída sociedade capitalista.

Tais expectativas nunca se cumpriram, muito embora, nunca se tenha sonhado tanto com elas.[\[x\]](#)

Respondendo ao ponto (iv), já próximo de concluir minhas considerações, diria que seria impossível para mim avaliar o nível de “americanização” do movimento social negro brasileiro, uma vez que me faltam condições documentais de certificação, ainda que bastante fortes as impressões nesse sentido.[\[xi\]](#) Impressões podem dizer muito ou nada, mas não julgo como intrinsecamente ruim a recepção de qualquer “influência”, em razão apenas das suas origens nacionais.

Menciono apenas, retomando algo já dito acima, que a orientação para o surgimento de um movimento negro de massas sob a liderança preferencial de seu segmento de classe média está presente em *A integração do negro na sociedade de classes*, de 1964, e, em linhas gerais, o programa proposto para a política negra segue sem grandes alterações em *O negro no mundo dos brancos*, de 1972, e em “25 anos depois: o negro na era atual”, o balanço feito para o livro *Círculo fechado*, de 1976, na qual Florestan Fernandes fez uma avaliação dos sucessos e, principalmente, das limitações políticas das organizações negras, especialmente desde os anos 1950.[\[xii\]](#)

Para finalizar, concluo com duas notas: uma, de ignorância; e outra, de convicção.

Na primeira nota, mencionando o último ponto (viii) das premissas gerais de Mário Maestri, digo que esse tema é da especialidade do autor da resenha e, portanto, não vou me imiscuir; sei que a observação sobre o esqueleto da escravidão erguendo a todos nós como uma instituição fundante, espécie de ontologia do Brasil, é bastante popular e pertinente. Digo apenas que, como historiador do século XX, creio que não se deva perder de vista as muitas camadas de história que os últimos 130 anos construíram sobre esse legado, inclusive o destruindo. Aliás, não necessariamente construindo coisas muito melhores, mas novos problemas, não rastreados.

Na segunda nota, digo como é impossível discordar de Mário Maestri quando menciona que eu preciso de condições para continuar produzindo. Em suma, condições para continuar sendo um trabalhador intelectual, realizando, como ele parece desejar, assim como também desejo e planejo, em abranger agora os anos 1970 e (talvez) os 1980 na pesquisa historiográfica dos temas aqui objeto desse franco comentário.

\*Wanderson Chaves é pesquisador de pós-doutorado no Departamento de História da USP. Autor, entre outros livros, de *A questão negra: a Fundação Ford e a Guerra Fria* (Appris).

## Notas

[i] Logo, por suposto, não estas, de 1993: HARRIS, Marvin; CONSORTE, Josildeth Gomes; LANG, Joseph; BYRNE, Bryan. *Who are the Whites?: Imposed Census Categories and the Racial Demography of Brazil*. *Social Forces*, v. 72, Issue 2, December 1993.

[ii] HARRIS, Marvin. *Padrões raciais nas Américas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967 [1964], p. 108. Tradução de Maria Luíza Nogueira.

[iii] LIMA, Aruã Silva de. *Comunismo contra o racismo: autodeterminação e vieses de classe no Brasil e nos Estados Unidos (1919-1939)*. 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo.

[iv] Sobre este argumento: TAGUIEFF, Pierre-André. *The Force of Prejudice: on Racism and its Doubles*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001 [1987]. Translated and edited by Hassan Melehy.

[v] Para a íntima relação de origem das ideias de Freyre com tendências intelectuais conservadoras do Sul dos EUA, ver: CANCELLI, Elizabeth. *O poder das ideias: o Brasil e os outros*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2012, pp. 134-160.

[vi] Impossível resumir sem cometer injustiças o que se trata na verdade de todo um gênero de estudos. Apenas a título de ilustração e introdução, cito especialmente: DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, v. 12, n. 27, 2007. PEREIRA, Amílcar Araújo. *O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. ALBERTO, Paulina L. *Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX*. Campinas: Editora Unicamp, 2017 [2011]. Tradução de Elizabeth de Avelar Solano Martins. SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Em torno da ideia de associativismo negro em São Paulo (1930-2010). *Sociologia & Antropologia*, v. 11, n. 2, maio-agosto de 2021.

[vii] Essa transição institucional é o principal tema do seguinte livro: KOREY, William. *Taking on the World's Repressive Regimes: The Ford Foundation's International Human Rights Policies and Practices*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

[viii] A antropóloga, professora do Departamento de Antropologia da USP, Laura Moutinho, é autora, neste aspecto, da precursora dissertação de mestrado: *Negociando Discursos: Análise das Relações entre a Fundação Ford, Movimento Negro e a Academia*. Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS, 1996.

[ix] CANCELLI, Elizabeth; MESQUISTA, Gustavo; CHAVES, Wanderson. *Guerra Fria e Brasil: para a agenda de integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Alameda, 2020. CANCELLI, Elizabeth; MESQUISTA, Gustavo; CHAVES, Wanderson. *Foundations, US Foreign Policy and Anti-racism in Brazil: Pushing Racial Democracy*. London: Routledge, 2023.

[x] Recentes memoriais sobre esse tema têm destacado que no real vínculo de Florestan Fernandes com os postulados mais amplos da sociologia da modernização, na qual se abrigava o paradigma Chicago de relações raciais, havia mais

distanciamento crítico, inconformismo e fé não-utópica do que supuseram alguns críticos. Florestan veria nessa agenda, sobretudo, uma oportunidade estratégica, a ser arrancada das promessas do desenvolvimento capitalista de seu tempo. Para abordagens deste tipo: SILVA, Mário Augusto Medeiros da, e BRASIL, JR., Antônio. Prefácio: Racismo e limites à democracia em *A integração do negro na sociedade classes*. In: FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade classes*. São Paulo: Contracorrente, 2021.

[xi] Neste sentido, há o trabalho de Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant, cuja publicação, já clássica, é ao mesmo tempo lindamente pertinente, nas premissas, e bastante equivocada na abordagem, particularmente quando denuncia seu nível de conhecimento material sobre o Brasil. Vide: Sobre as artimanhas da razão imperialista. *Estudos Afro-asiáticos*, v. 24, nº. 1, 2002.

[xii] Embora considere que as mesmas premissas se mantenham até 1988, em *O significado do protesto negro*, também considero que este livro guarda algumas nuances que mereceriam uma análise em separado, pelo seu caráter de balanço em relação a certas novidades dos anos 1980, mas, não em relação às visões mais estruturais de história do Brasil de Florestan Fernandes, que permanecem quase inalteradas.

**O site A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.**  
**Ajude-nos a manter esta ideia.**  
**[Clique aqui e veja como](#)**